

“Uma estação no círculo do inferno”: o olhar de gênero sobre o encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979)

Ayssa Yamaguti Norek

Introdução

Em 1973, Caetano Veloso escreveu em seu livro intitulado “Alegria, Alegria” que “*de qualquer forma, o único medo que tenho é que esta venha a ser a década do silêncio*”. Quando se discute a década de 1970, os fenômenos vão muito além daqueles do início da ditadura militar e dos denominadores genéricos – subversão, comunismo, corrupção e populismo – que, então, fortaleceram os discursos em torno do golpe (Reis Filho, 2000). A ideia de um futuro naquele momento era ainda superficial e visava colocar em ordem o país, combater a inflação e assegurar o desenvolvimento (D’Araújo; Castro, 1997), em oposição àqueles denominadores que, em conjunto, poderiam levar o Brasil à desordem e ao caos. Trata-se aqui de dois mundos distintos, um oficial (legítimo/legal) e um subversivo (clandestino/ilegal) (Ferreira, 1996) que se apartaram, cada vez mais, após a publicação do Ato Institucional nº 5, em 1968. A implementação do AI-5 significava o recrudescimento do regime, visto que, a princípio, o mesmo não possuía um prazo de vigência e, depois, centralizava e isolava o Estado de Segurança Nacional, corporificando-o na figura do Executivo (Alves, 1984).

Com o fim dos espaços nos quais se podia manifestar de forma legítima a contestação política, através do fechamento do Congresso e da suspensão do *habeas corpus* para crimes políticos, observou-se um aumento dos movimentos clandestinos de contestação, voltados majoritariamente à luta armada. Formou-se, portanto, um “ciclo vicioso” em que, para os militares da linha dura, a adesão dos setores de esquerda à luta armada influenciou o endurecimento do aparato de segurança e repressão e, para os setores de esquerda, o AI-5 minou a possibilidade de ação dentro de uma via legal (Fico, 2003; Arquidiocese, 1985; Silva, 2011).

Em relação à estrutura repressiva, Fico (2003) demonstra que a mesma foi criada a partir de diretrizes secretas, tendo sido responsável pelas inúmeras prisões, torturas e

assassinatos políticos que se viram desenrolar no Brasil pós-68. A tese que sustentava tal aparato vinha da ineficácia das instituições até então operantes em de fato combater a “subversão”, não devendo as ações consideradas “subversivo-terroristas” serem julgadas como crimes comuns, mas sim a partir da coordenação e integração dos diversos órgãos: criou-se então o sistema CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações) inspirado na estrutura da OBAN (Operação Bandeirantes) como um sistema de planejamento comandado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, responsável justamente pela prisão, tortura e assassinato dos opositores do regime. A criação desse aparato repressivo vinculava-se a outras bases do regime, como a censura, a propaganda e a espionagem dentro da lógica da “Doutrina de Segurança Nacional”.

Logo, após a criação desses novos órgãos de segurança e repressão, os interrogatórios dos indivíduos apreendidos eram feitos primeiro nos DOI-CODI ou nos centros das Forças Armadas, sem comunicação das prisões à Justiça Militar e mantendo-os incomunicáveis. Órgãos como os DOI-CODI faziam sua própria lei, alheios aos dispositivos da legislação de Segurança Nacional vigente. O preso era posteriormente enviado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) ou para a Polícia Federal para ser feito o Inquérito Policial Militar (IPM) com as informações obtidas de forma ilegal e clandestina nos DOI-CODI e nos outros centros das Forças Armadas. A última fase desse longo e arbitrário processo era o cumprimento da pena em prisões e penitenciárias. No caso do Rio de Janeiro, as presas políticas em geral eram encaminhadas para o Instituto Penal Talavera Bruce, localizado em Bangu e abrigadas no Pavilhão II do presídio (Lemgruber, 1999; Ferreira, 1996; Santos, 2007).

Nesse sentido, a frase de Caetano remete a muito do que representa a década de 1970: o desenvolvimento e endurecimento do aparato repressivo, *modus operandi* vital da ditadura militar, ajudou a compor os muitos silenciamentos que se perpetuaram e ainda se perpetuam no presente. A história oficial fundada na Lei de Anistia acabou por silenciar as múltiplas vozes dos agentes que viveram e foram impactados pelas políticas desse período. Através da memória, hoje, é possível reconstruir essa história silenciada. Propõe-se levar a efeito o que Benjamin (1994) concebeu como ruptura do *continuum* da história, a fim de alterar a versão descritiva dos fatos que perpetua a ótica dos vencedores, nadando contra a corrente da história oficial.

Objeto de Pesquisa

Pretende-se estudar, sob o olhar de gênero, o encarceramento de *presas políticas* no Instituto Penal Talavera Bruce entre 1970 e 1979, buscando entender de que maneira o gênero diferenciava, de um lado, os processos de aprisionamento, tratamento e circulação de presas políticas e, de outro, o âmbito da experiência pessoal e inalienável das mulheres no contexto prisional e repressivo daquela década.

Como a literatura aponta, as mulheres eram paralelamente acusadas de (i) “terroristas” e (ii) “mulheres” deslocadas do papel socialmente construído que deveriam exercer, o que Rosa (2013) considera como uma combinação infame para a repressão. Deste modo, a figura feminina enquanto construção social era constantemente utilizada como um recurso discursivo na sala de tortura e dentro das instituições como os presídios, ao contrário da época de militância, em que era mantida uma figura universal de militante, que até na linguagem subsume a questão de gênero por ser um substantivo diferenciado apenas pelo artigo que o precede. O mencionado paralelismo acontecia porque, para a repressão e seus expoentes, as mulheres militantes¹ exerciam um papel duplamente transgressor: investiam-se de agentes políticos que se insurgiam contra o regime, rompendo com o padrão de gênero esperado. Saíam, portanto, da sua posição de gênero dentro do sistema cultural (Ferreira, 1996), transgredindo o seu papel de “rainhas do lar” (MELLO; NOVAIS, 1998) – de donas de casa, provedoras do bem estar do marido e dos filhos passavam a agentes políticos contrários ao sistema.

Da mesma forma, observa-se que nem todas as mulheres encarceradas foram devidamente sentenciadas como infratoras da Lei de Segurança Nacional. Algumas ainda aguardavam seu julgamento encarceradas no Talavera Bruce. Era comum que estivessem envolvidas em mais de um processo, garantindo um percurso longo pelos meandros da Justiça Militar e a estadia em instituições como o objeto deste estudo (Ferreira, 1996).

Objetivos e Justificativa

O objetivo do estudo é, portanto, identificar as questões que envolvem gênero e aprisionamento num regime de exceção, de forma que possam ser compreendidas as diferenças de tratamento das mulheres encarceradas em relação a um universo masculino que

¹Segundo Ridenti (1993), 75% das militantes de grupos armados pertenciam às camadas médias intelectualizadas.

engloba, numa configuração mais imediata, o próprio espaço prisional e, depois, as relações simbólicas estabelecidas dentro da prisão. Insere-se aqui a adaptação da mulher a um espaço prisional elaborado para o sexo masculino, que à época, por exemplo, não possuía nem maternidade (GÓIS; QUADRAT, 2008). Intenciona-se investigar, da mesma forma, as diferenças de experiência e vivências – físicas e psicológicas – relativas ao aprisionamento feminino, que divergem daquelas experimentadas pelos homens na condição de presos políticos.

Segundo Ferreira (1996), a especificidade da experiência feminina influencia até a percepção do tempo dentro da prisão. Ter filhos tornou-se uma impossibilidade concreta e objetiva para uma presa política: precisava sair do confinamento antes dos 35 anos. O Talavera Bruce teve apenas um caso de gravidez após visita íntima; Jessie Jane Vieira de Souza teve sua filha Leta enquanto ainda cumpria a sentença de 18 anos² a qual foi condenada.

A periodicidade escolhida corresponde ao lapso temporal em que o Instituto Penal Talavera Bruce recebeu presas políticas. As primeiras mulheres foram confinadas em maio de 1970 e as últimas saíram em fevereiro de 1979, já no período de distensão política que resultou na Lei de Anistia promulgada em agosto do mesmo ano. Não se vinculou, portanto, o presente estudo a um governo específico, visto que a percepção do enclausuramento variava de acordo com a época como um todo e com a administração da penitenciária – dependia de quem estava no comando direto. Como observa Ferreira (1996), não havia lógica sistêmica(atrelada ou não a governos específicos) ou consistência nas práticas repressivas e punitivas do regime. Visa-se, portanto, estudar a influência do gênero no encarceramento destas mulheres, buscando englobar todo o período no qual elas foram encarceradas na condição de presas políticas no Talavera Bruce, a fim de entender se houve ou não alguma mudança significativa no tratamento e nas suas experiências de acordo com a passagem do tempo.

Quadro Teórico

No presente estudo, parte-se do pressuposto de Scott (1986) que entende gênero como papéis sociais atribuídos aos sexos, uma categoria analítica de ideias e ideais de masculinidade e feminilidade que se altera de acordo com a época e a sociedade estudada. O

²*Jornal do Brasil*, 13 de março de 1971, p. 12. Hemeroteca Digital Brasileira.

gênero é, para a autora, socialmente construído sobre interações fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma primeira forma de dar significado às relações de poder.

Nesse sentido, no presente trabalho não é utilizado o termo “mulheres” como uma categoria analítica a fim de não apartar a história das mulheres de uma outra, geral, pois propõe-se a primeira em conjunto com toda a última, que a engloba em seu campo de tensões e inter-relações, procurando mudar o centro de perspectiva masculino das narrativas que – ainda hoje – concebem-se como oficiais. Dessa forma, seguindo a linha de Scott (1986), procura-se compreender a natureza vinculada do gênero e da sociedade, de forma que as significações de gênero e de poder se construam reciprocamente.

Ferreira (1996) demonstra que os papéis femininos e masculinos são socialmente construídos e culturalmente definidos, decorrendo desse processo uma desigualdade de *status* entre os sexos, na qual a mulher ocupa uma posição diferente e *inferior*. Do mesmo modo, a autora demonstra como a mulher é o elemento de coesão e ordenação social que investe poder, embora não o detenha. A posição da mulher é marcada dentro do espaço social pelo binômio público/privado: enquanto está na esfera do doméstico e do particular como mãe, esposa e irmã, o homem ocupa o domínio público, sendo definido em termos de categoria de *status*, como, por exemplo, governante. Logo, observa-se que existem espaços masculinos e espaços femininos.

Como demonstram Mello e Novais (1998), no Brasil do século XX, mesmo havendo declinado a distância social entre homens e mulheres, ainda persistia, de certa forma, a divisão de funções: o homem continuava a ser o chefe da casa e provedor do sustento da família, enquanto a mulher deveria ser a dona de casa, a mãe e a esposa. Da classe média para cima, conviviam o desejo de trabalhar e de ter independência financeira por parte das mulheres e o ideal da “rainha do lar”. Moraes (2003) mostra como, na década de 1960, a “revolução dos jovens” (minissaia, pílula anticoncepcional e comunismo) assustou os conservadores que se insurgiram a fim de desestabilizar o governo de João Goulart. Havia, inclusive, organizações femininas conservadoras que defendiam a religião e a família. Logo, Ferreira (1996) aponta que as militantes saíram da sua posição de gênero dentro do sistema cultural, reconstituindo seus papéis enquanto agentes políticos, se opondo ao *status quo* vigente na ditadura.

No escopo desse trabalho, será utilizada a concepção de memória, partindo do conceito de “memórias subterrâneas” de Pollak (1989), que são aquelas “não oficiais”,

marginalizadas e das minorias nas quais se enquadram a das presas políticas. Considera-se memória, também, um fenômeno coletivo e social, sujeito a constantes mudanças, que se desenvolve num quadro espacial e que realiza uma reinvenção do passado em comum a fim de interpretar o presente e modificar o futuro (Halbwachs 1990). Para complementar, entende-se a partir de Le Goff (1992) que a memória coletiva nada mais é que um instrumento de disputa das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas e procura-se, aqui, buscar a força subversiva desse tipo de memória, que desafia a narrativa oficial ao resgatar memórias concorrentes (Ferreira, 1996).

Aguirre (2009) aponta que as prisões são muitas coisas ao mesmo tempo: representam o poder e a autoridade do Estado, são arenas de conflito, negociação e resistência, lugares onde é possível criar formas subalternas de socialização e cultura, e espaços onde indivíduos formam suas visões de mundo e entram em interação com outros indivíduos e autoridades do Estado. Isso demonstra que, no caso deste estudo, as presas políticas interagem entre si, formando os chamados coletivos que garantiram sua sobrevivência dentro do Talavera Bruce, e com as autoridades do Estado que incluíam, também, guardas do sexo masculino (Lemgruber, 1999). Tem-se, portanto, o fenômeno da prisionização (Sussekind, 2014), em que se aprende a ser um preso e a adaptar-se à cultura do cárcere. O que se observa no caso das presas políticas, contudo, é a criação de uma rotina própria e dura dentro da ideia de coletivo (Ferreira, 1996).

Metodologia

Deste modo, pretende-se analisar o objeto através do cruzamento entre gênero e política, utilizando documentos de arquivo físico e *online*, e entrevistas com ex-presas políticas já colhidas e a serem realizadas no âmbito do presente trabalho. Os documentos confeccionados dentro do contexto prisional de exceção implicam um obstáculo; para tanto já foram empreendidas tentativas de mapeá-los. Em todos os acervos, a pesquisa se concentrará em buscar documentos produzidos no âmbito do Talavera Bruce, e outros que digam respeito às presas políticas que lá passaram na década de 1970.

No Arquivo Nacional, a documentação produzida pelos órgãos do governo, como o SNI, ajudará a compreender de que modo o aparato estatal lidava diretamente com as presas políticas e como a informação sobre elas circulava dentro do regime. No caso do acervo *online* Brasil: Nunca Mais, os processos de civis incursos em crimes contra a segurança

nacional ajudarão a compreender como o aparato jurídico-legal lidava com a categoria de presas políticas e a sua permanência no Talavera Bruce. E o APERJ³, com o acervo do DOPS do Estado Rio de Janeiro, ajudará a compreender não só a circulação de documentação referente às presas entre o presídio e a polícia política, mas também como o braço mais voltado à repressão do regime estruturava a condição de presas políticas após a passagem dessas mulheres em seus centros clandestinos.

Essa análise levará em conta que raramente os documentos demonstrarão de forma explícita o que se busca, principalmente ações que são hoje classificadas como violações de direitos humanos; portanto, a análise se voltará às sutilezas e ao subentendido, além de compreender como e por que o documento foi escrito, como circulou e foi guardado. As informações contidas na documentação são fruto de ações legais e ilegais que incluem violência física e psicológica e de uma estrutura burocrático-repressiva vigente num regime autoritário.

Serão utilizadas também notícias de periódicos que circularam no período, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. Sabendo que a imprensa seleciona, ordena, estrutura e narra de uma forma específica o que o público lê, será feita uma análise do discurso, através da linguagem, da natureza do conteúdo, do público (LUCA, 2005) que os jornais atingiam, e sua vinculação com o regime, para compreender como os impressos de grande circulação lidavam com as questões centrais a esta pesquisa.

Serão realizadas entrevistas e também serão utilizados os depoimentos já colhidos no âmbito das Comissões da Verdade. Esse é o campo de trabalho mais fértil e será utilizado como um meio de transformar o conteúdo e a finalidade da história, o que configura a ampliação do enfoque – até aqui baseado nos “documentos oficiais” – e a revelação de novos campos de investigação (THOMPSON, 1992), isto é, a materialização da memória das ex-presas políticas. Assim, obtém-se uma multiplicidade de pontos de vista a fim desconstruir uma narrativa mais realista do passado.

As entrevistas se darão a partir da relação entre múltiplos tempos, ou seja, o tempo passado pesquisado (trajetória de vida das entrevistadas), os tempos intermediários e suas reelaborações narrativas, e o tempo presente, que orienta tanto as perguntas que serão feitas

³No fundo do DOPS já foram encontrados documentos produzidos no âmbito do Talavera Bruce, embora não seja da guarda do APERJ a documentação do presídio, que mencionam nomes de presas políticas e informações sobre as mesmas, a rotina e as políticas impressas pela administração a essas mulheres. Compreender como circulou esse documento é fundamental para elucidar as estruturas burocráticas, estatais e autoritárias do regime.

quanto as respostas; tem-se em perspectiva que nos depoimentos orais estão presentes as lembranças (explícitas ou veladas), os esquecimentos e os ocultamentos que protegem as entrevistadas de dores, traumas e emoções (DELGADO, 2006). Dessa forma, busca-se aqui compreender o mesmo que nos documentos. Cumpre ressaltar que o caráter político de suas prisões também tem efeito em seus relacionamentos interpessoais e no espaço que ocupavam ou visavam ocupar dentro do presídio. O roteiro das entrevistas envolverá todas essas questões.

Conclusão

Lidar com o encarceramento de indivíduos no sistema prisional brasileiro perpassa não só as questões próprias do crime pelo qual determinado indivíduo responde, mas também o recorte de classe, raça e gênero, que é crucial na hora de lidar com o tema. Durante a ditadura militar brasileira, as ações políticas contrárias ao regime vigente eram punidas de forma sistemática, como política de Estado além dos limites da legalidade, nos “porões da ditadura”. Considerando que, neste contexto, ser mulher e presa política condicionava a permanência em presídios femininos em todo o Brasil e, em face da pequena quantidade de trabalhos que se debruçam sobre o tema proposto (Ferreira, 1996; Lemgruber, 1999; Santos, 2007), falar sobre o olhar de gênero no encarceramento de presas políticas, tendo como referência central de estudo o Instituto Penal Talavera Bruce, é relevante para o desenvolvimento dos estudos da ditadura militar brasileira e, de forma mais ampla, das próprias interações numa sociedade ainda marcada pelas distorções nas relações de gênero. O presente trabalho insere-se, então, nessa tentativa de compreender as estruturas que precederam as interações sociais no Brasil atual e que permitem lançar luz sobre as continuadas violações dos direitos humanos nas prisões do país, além de iluminar também as memórias dessas ex-presas políticas que foram silenciadas décadas afora.

Referências Bibliográficas

AGUIRRE, Carlos. **Cárcere e Sociedade na América Latina (1880-1940)**. In: MAIA, Clarissa Nunes et al (Org.). *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. Brasil: Nunca Mais. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Introdução e História e Memória: Metodologia da História Oral**. In: *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1996.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. O Brasil Republicano, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 167-205.

GÓIS, João Bôsko Hora; QUADRAT, Samantha Viz. **Militância Política e Gênero na Ditadura Brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Souza**. *Gênero*, Niterói, v. 8, nº 2, pp. 23-41, 1. sem. 2008. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/174>>. Acesso em: 15 de out. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Cidadania no Feminino**. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da Cidadania*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1989.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. **Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna**. In: NOVAIS, Fernando A (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura Militar: esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, Ditaduras e Memória: "não imagine que precise ser triste para ser militante"**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

SANTOS, Rodrigo da Fonseca Vieira Justen dos. **Memória e Espaço Prisional: a experiência de ex-prisioneiras políticas do Instituto Penal Talavera Bruce (1970-1979)**. 63 páginas. Monografia - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Rio de Janeiro, 2007.

SCOTT, Joan W. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. *The American Historical Review*, vol. 91, nº 5, dez. 1986, pp. 1053-1075. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1864376>

SUSSEKIND, Elizabeth. **Estratégias de Sobrevivência e de Convivência nas Prisões do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, 2014, 380 páginas.

THOMPSON, Paul. **História e Comunidade**. In: *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.